



# Resumo dos Relatórios das Representações CNC

Nº 121, Setembro de 2017

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

*Presidente*

Antonio Oliveira Santos

*Chefe do Gabinete da Presidência*

Lenoura Schmidt

*Chefe da Assessoria de Gestão das Representações*

Wany Liete Pasquarelli

*Equipe*

Cássia Marques

Cristiane Soares

Cristiano Costa

Eribelton Lima

José da Silva

Juliane Alves

Oscar Nóbrega

Tels.: (61) 3329-9539/66/47/81/40

Fax: (61) 3329-8292

E-mail: agr@cnc.org.br

www.cnc.org.br

*Design gráfico*

Assessoria de Comunicação

*Revisão*

Alessandra Volkert

Publicação Mensal

---

Brasília

SBN Quadra 1 Bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar

Edifício Confederação Nacional do Comércio

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500

E-mail: cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

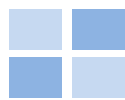
CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9200

Fax: (21) 2544-9279

E-mail: cncrj@cnc.org.br

www.cnc.org.br



## Veja nesta edição

O comércio foi o segundo maior contratante de aprendizes de janeiro a junho de 2017.

**Página 7**

Revisada minuta de reestruturação da Resolução Contran 168/2004, que estabelece normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos.

**Página 9**

Cursos do Senac EAD com desconto para as entidades participantes do Fórum Permanente das MPEs.

**Página 11**

Representante da CNC ressalta a importância da integração entre governo, administração pública e empresas.

**Página 14**

Reunião de representantes governamentais e especialistas em Certificado de Origem e Certificação Digital dos Países-Membros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) demonstrou os avanços dos projetos de cooperação técnica.

**Página 17**

Associações empresariais de Brasil e Argentina reuniram-se para ouvir balanço da relação bilateral durante o Primeiro Encontro do Conselho Empresarial Brasil-Argentina.

**Página 18**

Rodada de negociações entre o Brasil e o México busca alavancar o comércio entre os países e expandir o Acordo de Complementação Econômica (ACE 53).

**Página 20**

Conselho Nacional do Trabalho (CNT) discutiu a aprovação do seu Regimento Interno.

**Página 23**

Conselho Curador da Fundacentro discute as últimas atualizações referentes à criação de uma Corregedoria e de uma Ouvidoria em seu Regimento Interno.

**Página 25**

Conselheiros solicitam revisão do Planejamento Estratégico 2017-2018 da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

**Página 27**

Comissão define a rotatividade na Coordenação de Bancada entre as confederações empresariais.

**Página 29**

## ■ EDUCAÇÃO/CULTURA

---

### Órgão

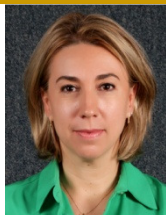
Ministério do Trabalho (MTb)

### Representação

Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional (Fnap)

### Representantes

---



#### Titular

Ana Paula Tomazzetti Urroz Maciel Pinheiro

*Advogada*

*Divisão Jurídica da CNC*

**(Compareceu)**



#### Suplente

Cristiane de Souza Soares

*Assessora*

*Assessoria de Gestão das Representações da CNC*

---

### Ações

#### Reunião realizada no dia 16 de agosto de 2017

Higino Brito Vieira, representante do Ministério do Trabalho conduziu a reunião passando a palavra para as Entidades habilitadas para a eleição do FNAP, biênio 2017/2018. Foram eleitas como representantes titulares das instituições formadoras sem fins lucrativos: Ensino Social Profissionalizante (Espro); Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional (Gerar); Inspeção São João Bosco (ISJB); Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (Isbet); Instituto Pater de Educação e Cultura (Societá); e Rede Cidadã. Como suplente foi eleito o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Foram eleitas como representantes titulares das organizações da sociedade civil a Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (Febraeda) e a Fundação Roberto Marinho (FRM).

Na sequência, Mariana Eugênio Almeida, representante do Observatório do Mercado de Trabalho, apresentou a Trajetória do Aprendiz, exibindo dados quantitativos desde o momento em que o jovem ingressa em um Programa de Aprendizagem, passando pela contratação no mercado de trabalho, a permanência na mesma empresa e a permanência na mesma ocupação.

Os principais resultados do estudo mostraram um bom aproveitamento no mercado de trabalho, com baixa permanência na mesma empresa e na mesma ocupação.

Ao concluir sua apresentação, Mariana Eugênio Almeida destacou que a aprendizagem é um importante política para promover a inserção e a permanência do jovem no mercado de trabalho formal.

Lisboa, coordenadora da Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTb, informou que o parecer elaborado pela Consultoria Jurídica do MTb concluiu que não há óbice às escolas técnicas ingressarem na aprendizagem, desde que atendam às exigências previstas na legislação trabalhista, como todas as demais instituições que atuam nesse segmento.

Higino Brito Vieira fez uma rápida menção ao Boletim da Aprendizagem Profissional - janeiro a junho de 2017, distribuído aos membros do FNAP, em que consta que, desde a entrada em vigor do Decreto 5.598/2005 até junho de 2017, foram contratados 3.051.942 aprendizes.

Os maiores índices de contratação de aprendizes, de janeiro a junho de 2017, ocorreram nas empresas dos setores de indústria de transformação (26,83%) e comércio (23,61%), ocorrendo uma predominância de contratação de aprendizes nas ocupações de auxiliar de escritório (40,89%) e assistente administrativo (17,49%).

Na sequência, foram convidados a compor a mesa: Leonardo Arantes, secretário de Políticas Públicas de Emprego do MTb; as ministras Kátia Arruda e Maria de Assis Calsing, do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Dulce Torzecki, do Ministério Público do Trabalho (MPT); e o deputado federal Antônio Bulhões, do Congresso Nacional. Todos representantes de instituições que trabalham no fortalecimento das políticas públicas em prol da aprendizagem no Brasil.

Leonardo Arantes destacou a importância de a administração direta federal ofertar vagas para a aprendizagem.

A ministra Kátia Arruda fez uma breve abordagem explicando como resolveram unir forças para atuar no fomento da aprendizagem. Brincou informando que o grupo foi batizado de G4, por ser composto por representantes de quatro instituições unidas em torno de um ideal, que é tornar eficaz a Lei da Aprendizagem. Salientou a importância de se esclarecer para a sociedade o objetivo e a viabilidade da Lei da Aprendizagem, demonstrando a importância da aprendizagem e como ela pode contribuir para o combate ao trabalho infantil. Finalizou afirmando que a aprendizagem deve ser sempre vinculada à educação.

Os demais membros do grupo enalteceram a necessidade da inserção do jovem na aprendizagem. Enfatizaram que a união de forças de poderes diversos faz com que os projetos desenvolvam-se mais rapidamente e fortalece a aplicação da Lei da Aprendizagem.

O deputado federal Antônio Bulhões falou sobre a criação da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil, para garantir o acesso dos jovens de 14 a 18 anos em situação de vulnerabilidade aos cursos de formação e inserção no mercado de trabalho. A Frente conta com a adesão de 220 parlamentares, sendo 198 deputados federais e 22 senadores.

Na sequência, os membros da mesa participaram da posse dos representantes eleitos para o FNAP, biênio 2017/2018.

## ■ INFRAESTRUTURA

---

### Órgão

Ministério das Cidades (MCID)

### Representação

Câmara Temática de Educação e Habilitação (CTEH) de Condutores do Contran

### Representantes

---



#### Titular

Edson Luis da Cunha

*Presidente do Sindicato dos Centros de Formação de Condução do Estado do Rio Grande do Sul (SindiCFC-RS)*

**(Compareceu)**



#### Suplente

Eduardo Cortez Balreira

*Professor e consultor do Sindicato dos Centros de Formação de Condução do Estado do Rio Grande do Sul (SindiCFC-RS)*

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada nos dias 27 e 28 de julho de 2017

##### I - Abertura

Francisco Vieira Garonce, coordenador-geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), representante do Denatran na Câmara Temática de Educação, Habilitação e Formação de Condutores, procedeu à abertura formal da 6ª Reunião Ordinária do Biênio 2016-2018 da CTEH e deu as boas-vindas aos presentes.

##### II – Ordem do dia

Ressaltar a importância da presença dos membros da CTEH nas reuniões, quer seja pelos titulares quer seja pelos seus respectivos suplentes, para que possamos valorizar cada uma das organizações e instituições representadas, assim como garantir o cumprimento da nossa agenda de trabalho.

Definição do aviso formal da consulta pública.

Definição de novas datas para a reunião de setembro, para os dias 25 e 26 do ano corrente.

Deliberou-se sobre o andamento da reunião.

Redistribuição do processo nº 80000.9114/2017-19, destinado a Edson Luís Cunha.

Redistribuição do processo nº 8000.8650/2015-35, destinado a Katiane Batista.

Revisada minuta de reestruturação da Resolução do Contran nº 168/2004, até seu último anexo de nº V.

Deliberou-se sobre o curso preventivo, para que a CTEH preste assessoria ao presidente do Contran, sugerindo uma deliberação para que o curso de reciclagem possa ser feito em substituição ao curso preventivo, até que haja

publicação de resolução específica. O mesmo estará contemplado no novo processo de formação de condutor.

Deliberou-se que os integrantes desta CTEH, Fábio Vargas Mendes e Graziela Maria Casa Blanco, ficarão com a incumbência de entregar figuras demonstrativas relativas ao item 9.6.2 do processo de formação de condutores no Brasil.

Deliberou-se que os integrantes desta Câmara, Magnelson Carlos de Souza, Graziela Maria Casa Blanco e Fábio Vargas Mendes, entregarão um parecer conclusivo com os parâmetros de exigências para os cursos de educação a distância (EAD) até o dia 14 de agosto de 2017.

Conforme autorizado pelo presidente do Contran, foi aprovado pela CTEH o seguinte calendário das consultas públicas do processo de formação de condutores no Brasil:

- 1) Manaus (AM) - 29/08/2017;
- 2) Recife (PE) - 1º/09/2017;
- 3) Campo Grande (MS) - 04/09/2017;
- 4) São Paulo (SP) - 06/09/2017; e
- 5) Porto Alegre (RS) - 12/09/2017.

Deliberou-se, igualmente, que, ao término das audiências públicas, a CTEH irá reunir-se para apreciar as propostas apresentadas e debatidas durante as audiências, para deliberação conclusiva acerca da minuta de alteração da Resolução nº 168/2004.



## ■ MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

---

### Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

### Representação

Comitê Investimento, Financiamento e Crédito do FPMEPP

### Representantes

---



#### Titular

Antonio Everton Chaves Junior

*Economista*

*Divisão Econômica da CNC*

(Compareceu)

---



#### 1º Suplente

Bruno Pereira Fernandes

*Economista*

*Divisão Econômica da CNC*

(Compareceu)

---



#### 2º Suplente

José da Silva

*Assessor da Assessoria de Gestão das Representações da CNC*

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 5 de setembro de 2017

Os coordenadores foram consultados para que houvesse mudança na pauta. Isso porque havia a necessidade de que o deputado federal Otávio Leite pudesse fazer a sua apresentação logo no início, após a abertura.

Quando isso aconteceu, diante do volume de perguntas, o deputado de forma espontânea cancelou seu compromisso para permanecer no recinto por mais tempo do que outrora combinado. Assim, os representantes das entidades ali presentes puderam usufruir por um bom tempo das opiniões do legislador.

Com a mudança na estrutura montada para a reunião, José Ricardo da Veiga abriu o encontro, dando boas-vindas, falando da sua expectativa com relação ao Fórum Permanente das MPEs e ligando o Fórum às ações da Secretaria das MPEs.

Em seguida, a palavra ficou com o secretário da Secretaria das MPEs, Nizar, que também deu boas-vindas, fez agradecimentos e comentou a respeito dos trabalhos do Comitê Temático (CT), em virtude da sua importância e da sensibilidade dos temas para as empresas e para o atual momento que o País vive. Logo em seguida, coube ao deputado Otávio Leite expor de improviso toda a sua percepção para com as ações em favor das MPEs que vêm sendo realizadas no Congresso Nacional. Como não estava muito familiarizado com os trabalhos do

Fórum, procurou discorrer sobre a necessidade de se estabelecer o melhor ambiente para que as MPEs e os MEIs pudessem conseguir perpassar a atual conjuntura.

Otávio Leite deu uma aula sobre as iniciativas do Legislativo e o que vem sendo discutido pelos parlamentares. Boa parte da sua exposição contemplou algumas propostas sobre a revisão da Lei Geral (PLC nº 341 de 2017).

Reconheceu os excessos da Receita Federal do Brasil com a portaria, regulamentando os investidores-anjo, principalmente no que tange à tributação. Assim como dedicou bastante tempo para falar sobre Empresa Simples de Crédito (ESC), tecnologia e *startups*, e as mudanças aceleradas pelas quais a economia vem passando.

De positivo foi que mostrou-se interessado nos trabalhos do Fórum, em particular daquele CT, uma vez que era a primeira vez que mantinha contato com a instituição.

Para fins de efeito deste relatório, devemos salientar aqui que a iniciativa de convidar o parlamentar partiu deste representante, cujo convite deu-se por intermédio da Secretaria das MPEs.

Otávio Leite colocou-se à disposição para novos convites, demonstrando interesse e sensibilidade para com a qualidade dos trabalhos e dos debates do CT. Cabem elogios à participação desse deputado federal, uma vez que o Fórum Permanente das MPEs pode ter construído com o parlamentar um canal de interlocução para apresentação de demandas, já que o mesmo pareceu ser muito sério, interessado e comprometido.

Imediatamente ao término da apresentação de Otávio Leite, coube ao Sebrae falar das ações com relação ao tema Capital Empreendedor. De concreto é que as iniciativas ainda são incipientes diante das necessidades do País, bem como ainda necessitam de maior amadurecimento e legislação mais favorecida.

Com o encurtamento do tempo para a apresentação dos trabalhos, os coordenadores da iniciativa privada (CNC) e do governo (MDIC) posicionaram-se na frente da plateia a fim de poderem narrar o que já fizeram, desde a primeira reunião ordinária. De maneira intercalada, cada um falou a respeito da evolução dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho (GT).

Os membros participantes foram instados a participar das reuniões dos GTs, que é o meio pelo qual os trabalhos do CT acontecem. No GT, há maior liberdade para a prospecção dos temas e a possibilidade de aprofundamento das ideias, bem como para as análises da viabilidade das ações e seus possíveis encaminhamentos. No GT, os trabalhos fluem, enquanto nas reuniões ordinárias as ações são apresentadas para aprovação.

Por força da limitação de tempo, não foi feita a apresentação das ferramentas Trello e Zoom.us, que são as que o Fórum Permanente tem à disposição, em virtude de disponibilidade por parte da Secretaria das MPEs.

Contudo, foi informado que o CT apresentava-se disposto a recepcionar as entidades que preencheram propostas e não as aprofundaram, desde que fossem mais bem elaboradas.

A Secretaria das MPEs colocou em votação naquele plenário - o que foi aprovado pelos presentes após consulta realizada pelos coordenadores - a proposta feita

pela CNC. A ação contempla cursos do Senac EAD com desconto para as entidades participantes do Fórum Permanente.

Após aprovação, Nizar informou que, possivelmente, o convênio entre o Senac, a Secretaria e o Fórum Permanente será assinado na reunião plenária do Fórum, a realizar-se no dia 5 de outubro deste ano, data comemorativa do Dia da Microempresa. Até lá, o papel deste representante será o de empenhar-se em dar celeridade e oficialidade ao processo, a fim de que o convênio venha a acontecer.

Os coordenadores informaram que a próxima reunião do GT daquele comitê ocorrerá no dia 13 de setembro (quarta-feira). Para que possam continuar executando a função que o Fórum incumbe ao grupo e às demais entidades da iniciativa privada que votaram na CNC, os coordenadores provocaram os presentes para que possam envolver-se nos temas tratados pelo GT.

A reunião teve forte aspecto político, uma vez que a Secretaria das MPEs vem buscando coletar os esforços do Fórum Permanente para que a primeira reunião plenária seja exitosa, tendo em vista que ocorrerá no Palácio do Planalto, com a participação do presidente da República.

## ■ MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

---

### Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

### Representação

Comitê Temático Racionalização Legal e Burocrática do FPMEPP

### Representantes

---



#### Titular

Evandro Américo Costa

*Economista*

*Divisão Econômica da CNC*

(Compareceu)

---



#### 1º Suplente

Antonio Everton Chaves Junior

*Economista*

*Divisão Econômica da CNC*

---



#### 2º Suplente

José da Silva

*Assessor da Assessoria de Gestão das Representações da CNC*

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 4 de setembro de 2017

O presidente do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP), José Ricardo de Freitas Martins da Veiga, abriu a 2ª Reunião do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática, dando boas-vindas aos membros do Comitê e afirmando que o Fórum consiste em orientar e assessorar na formulação e na coordenação da política pública de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte.

Destacou que as atividades empresariais no Brasil são exercidas em quase sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, que assumem papel primordial na economia nacional.

Em seguida, o coordenador do governo, Edivan do Socorro F. de Miranda, informou da necessidade de compartilharmos as ideias e as experiências que movem as micro e pequenas empresas, que juntos iremos construir uma agenda de compromisso.

Desde a sua instalação, vem se constituindo em um importante espaço de debates e de conjugação de esforços entre o governo e o setor privado, com medidas e políticas mais adequadas às microempresas e empresas de pequeno porte.

Comentou sobre as reuniões do FPMEPP, que consistem em duas reuniões plenárias por ano, e que a próxima será no dia 5 de outubro do corrente ano, e

quatro dos Comitês Temáticos (CTs) e quantas forem necessárias para o Grupo de Trabalho (GT).

Dando continuidade aos trabalhos, Yuri Willians da Silva Barboza, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), apresentou aos membros um aplicativo denominado Trello, que é uma ferramenta eficiente que atua com a finalidade de organizar as tarefas de equipes; serviço polivalente que pode ser usado para qualquer projeto, inclusive de forma individual; pode ser acessada a partir dos navegadores de internet sem qualquer tipo de instalação; e possui aplicativo disponível para *smartphones* nas plataformas Android e iOS. O Trello é composto por: Quadro, Lista e Cartão.

Abordou também uma ferramenta para videoconferência on-line, em que permite que os participantes troquem informações por áudio e vídeo. Essa ferramenta é denominada de Zoon.

Após sua apresentação, informou aos participantes que está à disposição para dirimir quaisquer dúvidas em relação ao uso dos aplicativos supramencionados.

Para apresentar os resultados das ações desenvolvidas pelos GTs, o coordenador das entidades privadas, Ercílio Santnoni, da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais (Conampe), demonstrou os trabalhos conforme abaixo:

#### Grupo de Trabalho Reformas

Reforma trabalhista: Encaminhada para os GTs a proposta de não elaborar uma cartilha, tendo em vista trabalhos semelhantes na SCS/MDIC e no Sebrae. Dessa forma, ficou acordado acionar tais entidades/órgãos para especial atenção ao tratamento diferenciado, tomando como referencial/*benchmark* a cartilha disponibilizada pela CNC/CNI no Trello.

Reforma previdenciária: Entidades representantes do setor privado não apresentaram propostas, deliberando pelo acompanhamento e participação, se for o caso, em audiências públicas.

#### Grupo de Trabalho Fiscalização e Licenciamento

Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental: Cartilha de "como já é" e pontos sensíveis para o setor de construção que estão no Projeto de Lei Geral.

Deliberação quanto a levar ou não a demanda de melhoria no Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental levantado pelo setor da construção. Os membros solicitaram maiores informações sobre o projeto, que ficaram para serem apresentadas na próxima reunião do Comitê.

Acionar os fóruns estaduais para disseminar o trabalho desenvolvido pelo Redesim, com ênfase nos trabalhos desenvolvidos pelo Sebrae. Aprovado pelos membros do Comitê.

#### Grupo de Trabalho Legislação e Judiciário

Trabalho de Regulamentação da Lei Complementar (LC) 123/2006 com apoio do Sebrae (Datalegis).

OCB/Sescoop: Enviar demanda da OCB para a Conjur do MDIC apresentando parecer sobre a possibilidade de alteração do decreto de compras públicas. A OCB/Sescoop não participou da reunião. Os membros querem maiores

informações sobre o envio ao Conjur/MDIC. Solicitaram que na próxima reunião do Comitê a OCB/Sescoop possa dar maiores informações sobre o pleito.

Ministério do Turismo (MT): Enviar demanda para a Conjur do MDIC quanto à possibilidade de solução da controvérsia apresentada. Os membros solicitaram maiores informações ao MT das propostas que carecem de aprofundamento. O MT apresentará na próxima reunião do Comitê.

O representante Evandro Costa ressalta a importância da integração entre governo, administração pública e empresas. Diante das considerações expostas, pode alavancar o crescimento das microempresas e das empresas de pequeno porte, gerar renda, absorver ainda mais mão de obra e, por conseguinte, proporcionar o desenvolvimento econômico e social. Dentre outras providências, está a de um amplo trabalho de conscientização da necessidade de profissionalização, preparando esses empreendedores com as habilidades técnicas e competências gerenciais demandadas neste mundo globalizado.

Por outro lado, será oferecida assessoria aos líderes públicos visando promover a competitividade das empresas em suas áreas e cadeias produtivas locais.

## ■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

### Órgão

Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)

### Representação

Reunião de Representantes Governamentais e Especialistas em Certificado de Origem e Certificação Digital dos Países-Membros da Aladi

### Representante

---



#### Suplente

Izis Janote Ferreira

*Economista*

*Divisão Econômica da CNC*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### **Reunião Ordinária realizada nos dias 22 e 23 de agosto de 2017**

Na agenda de trabalho, foram apresentadas as estatísticas de utilização do SCOD, bem como o estado atual de implementação do COD pelos países-membros, versão 1.8.0. Foram colocados também os resultados de testes recentes realizados no SCOD, e falou-se brevemente sobre o desenvolvimento da versão SCOD 1.8.2. O Brasil, através do Serpro, está trabalhando nessa versão, e até dezembro deverá apresentá-la às entidades emissoras.

A Secretaria- Geral da Aladi mostrou ainda um relatório de avanços dos projetos de cooperação técnica horizontal.

Foram realizadas reuniões bilaterais das equipes de coordenação do COD, para execução dos programas de cooperação. A posição do Brasil na Aladi é de total disponibilidade para cooperação técnica, seguindo os compromissos assumidos pelo País na ratificação do Acordo de Facilitação de Comércio da OMC, e em matéria de cooperação aduaneira na reunião ministerial Mercosul x Aliança do Pacífico, ocorrida em Buenos Aires, em março deste ano.

As reuniões bilaterais das quais o Brasil participou foram: 1. Brasil - Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai); 2. Mercosul - Aliança do Pacífico (México, Peru, Chile, Colômbia ausente); 3. Brasil - Uruguai; 4. Brasil - Chile; 5. Brasil - Cuba; 6. Brasil - Argentina; 7. Brasil - Paraguai; e 8. Brasil - Bolívia.

Sobre os resultados efetivos alcançados nas bilaterais:

Brasil - Uruguai: assinatura do memorando de entendimento para emissão do COD (emissões a partir de setembro);

Brasil - Chile: projeto-piloto para testes com COD (de 4 a 9 de setembro);

Brasil - Cuba: projeto-piloto para testes com o COD (de 11 a 15 de setembro);

Brasil - Argentina: ajustes no processo de emissão do COD; e

Brasil - Paraguai: projeto-piloto para testes com o COD (de 11 a 15 de setembro).

A Coordenação de Regimes de Origem enviará orientações às entidades emissoras homologadas sobre os testes e sobre a emissão de CODs ao Uruguai.

## ■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

### Órgão

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

### Representação

Conselho Empresarial Brasil-Argentina (Cembrar)

### Representantes

---



#### Titular

Rubens Torres Medrano

*Vice-Presidente da Fecomércio-SP e Coordenador da Câmara Brasileira do Comércio Exterior*

**(Compareceu)**

---



#### Suplente

Izis Janote Ferreira

*Economista da Divisão Econômica da CNC*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### **Reunião Ordinária realizada no dia 15 de setembro de 2017**

Carlos Eduardo Abijaodi (CNI) abriu os trabalhos mencionando que, como as outras comissões bilaterais (Cebeu e Comissão Empresarial Brics), esta comissão bilateral tinha a missão de manter o diálogo/cooperação entre Brasil-Argentina.

Elencou os temas como: facilitação de comércio, acesso a mercados, assuntos regulatórios, as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e investimentos, entre outros, como prioritários, a serem tratados no âmbito da Comissão Bilateral.

Ricardo Lima considerou de grande importância para os investimentos privados o protocolo sobre investimentos/tributação assinado em 07/04/2017 entre os dois governos, que vem facilitar e incrementar os investimentos nos dois países.

Esperava que se concretizasse a assinatura do Acordo Político União Europeia/Mercosul, que seria o primeiro grande acordo extrarregional a ser assinado.

Certificado de Origem Digital (COD) - Vem auxiliar sobremaneira a eliminação da burocracia e o trabalho das aduanas.

Operador Econômico autorizado - Deve ser acelerado esse processo de credenciamento das empresas dos dois países como um facilitador do comércio.

Abrão Neto (MDIC) informou o número de empresas brasileiras, tanto na importação como na exportação, tem aumentado no comércio bilateral entre Brasil-Argentina.

A Comissão Bilateral Brasil-Argentina, criada em agosto de 2016, que é formada por diversos órgãos e ministérios brasileiros e argentinos, já teve cinco reuniões que foram produtivas.



Os setores automotivo e agropecuário evoluíram bastante dentro do conceito de facilitação de comércio.

O portal único também tem evoluído satisfatoriamente nos dois países.

Foram abertas as negociações entre os países da Aliança do Pacífico no sentido da implementação do acordo de facilitação de comércio da OMC, assinado em Bali, em 2013.

ATA Carnet (Admissão temporária) Também evoluindo satisfatoriamente.

Assuntos Regulatórios - Já normatizaram as regras para o mercado de produtos cítricos e equipamentos elétricos de baixa tensão.

Defesa comercial - Entrosamento entre as entidades investigadoras no sentido de um melhor entendimento nos assuntos relativos a essa pasta.

Protocolo Compras Públicas - Esperam terminar o trabalho em setembro.

*Startups*-aplicativos-inovação - Outro tema que entrará na pauta da Comissão Bilateral.

Miguel Braun - Argentina – UIA

Tecnologia avança - Credenciamento da mão de obra - Inserção do bloco no cenário mundial - Aumento das exportações com a assinatura do acordo União Europeia/Mercosul.

Alguns setores se pronunciaram.

Abipeças - Acordo tecnológico de serviços e tecnologia.

Abia - Acordo de rotulagem de alimentos.

Santa Catarina - Licenciamento não automático.

Única - Açúcar não constar do acordo - Acelerar negociações.

## ■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

### Órgão

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

### Representação

Coalizão Empresarial Brasileira (CEB)

### Representantes

---



#### Representante

Rubens Torres Medrano

*Vice-Presidente da Fecomércio-SP e Coordenador da Câmara Brasileira do Comércio Exterior*

(Compareceu)

---



#### Suplente

Izis Janote Ferreira

*Economista  
Divisão Econômica da CNC*

---



#### Suplente

Juliana Xavier Serapio da Silva

*Assessora  
Divisão Econômica da CNC*

---

### Ações

#### Reunião realizada nos dias 30 e 31 de agosto de 2017

O embaixador Paulo Estivallet abriu a reunião agradecendo a presença do setor privado através de suas entidades representativas – CNC, CNI e CNA.

Solicitou veementemente que as conversações fossem mantidas com a máxima confidencialidade, uma vez que têm sido vazadas na imprensa algumas notícias não verdadeiras e que prejudicam as negociações que o Brasil vem mantendo no plano internacional.

Ponderou que após a visita da ex-presidente Dilma ao México, as conversações bilaterais vêm se realizando com alguns progressos, mas ainda modestos.

Desejam expandir o ACE 53, em que o setor químico tem sido preponderante, mas ainda longe de constituir-se um acordo de livre-comércio entre os dois países. As ofertas mexicanas não têm despertado o interesse do lado brasileiro.

Ponderou que o setor privado mexicano tem uma influência considerável sobre o governo do seu país nos acordos comerciais, da mesma forma que via como positivo o engajamento do setor privado brasileiro nos seus contatos com as entidades privadas do México.

O setor agrícola, representado pela CNA, demonstrou interesse em expandir suas exportações do agronegócio com o México, mas o processo ainda está muito lento.

No próximo ano, teremos eleições, tanto no Brasil como no México, e isso poderá eventualmente retardar os entendimentos.

Apesar de haver investimentos brasileiros no México, e do México no Brasil, principalmente na área química, isso não se refletiu nas negociações.

Secretário Abrão Neto – MDIC

Os esforços brasileiros de elevar o acesso de mercado de bens dentro do ACE 53 de 800 produtos para três mil produtos, e o volume de comércio de exportações de US\$ 200 milhões para US\$ 500 milhões.

As negociações têm se desenvolvido com muita cautela do lado mexicano, pois o interesse maior está nas negociações do NAFTA, expressado tanto pelo lado do governo como da iniciativa privada.

## 2) *Consejo Empresarial Mexicano de Comercio Exterior (Comce), Inversión y Tecnología*

Ministro Rodrigo Contreras – *Director para América Latina y el Caribe*

Essa entidade tem uma participação muito ativa junto ao governo mexicano, com representantes nas câmaras temáticas do governo que tratam de todas as negociações internacionais de comércio de bens e serviços, bem como de investimentos.

Houve uma queixa generalizada sobre as barreiras não tarifárias, fitossanitárias e o sistema fiscal e tributário que dificultam as exportações mexicanas de bens para o Brasil. Abordaram até a problemática do ICMS, momento em que tive a oportunidade de esclarecer que não prejudicava somente as empresas mexicanas, mas também as brasileiras. Expliquei que, depois de nacionalizadas, as mercadorias importadas estavam sobre o mesmo tratamento tributário. Enfatizei a posição e o trabalho da CNC na luta pela simplificação do sistema tributário brasileiro.

No final, ficou convencionado que haveria esforços dos setores privados brasileiros e mexicanos no sentido de identificarem setores que poderiam incrementar suas exportações, tanto na área de bens como de serviços, e que seriam discutidos nas próximas reuniões.

Um dos problemas identificados é que no lado mexicano quase todos os produtos importados estão com alíquotas zeradas, enquanto no Brasil nossa tarifa média ainda é considerada alta.

Nota-se ainda, apesar da boa vontade demonstrada pelo setor privado, a prioridade deles e do mercado americano, que estão totalmente concentrados e envolvidos nas negociações do NAFTA.

## 3) Reunião da embaixada brasileira

Embaixador Enio Cordeiro/João Marcelo de Queiroz - chefe conselheiro/Mateus Caiado – secretário

O embaixador traçou um cenário bastante negativo para as negociações. Acredita que os mexicanos estão interessados neste momento nas renegociações com os Estados Unidos e usando Brasil e Argentina, potenciais fornecedores do agronegócio, como fatores de pressão nos produtores americanos do agronegócio a exercer influência sobre os negociadores do governo americano na tentativa de amenizar suas pretensões.

## 4) Reunião do dia 31/08 – Negociadores brasileiros – Reunião de encerramento

Os tópicos principais foram abordados no relatório do CEB que encaminhei, e poderia me tornar repetitivo. Fator novo são as negociações do *e-commerce* (comércio eletrônico) que entraram na pauta de negociações.

5) Resumo – Existem fatores importantes que poderão influenciar positiva e negativamente no andamento das negociações

Renegociações do Acordo Nafta - Se houver impasses, poderão acelerar as negociações com o Brasil, com maior preponderância nos negócios do agronegócio, que está interessadíssimo no mercado mexicano.

Caso contrário, poderemos ter maior lentidão por parte do México, mas, de qualquer forma, ainda haverá espaço para as negociações do agronegócio, o que, caso aconteça, terá que haver uma abertura maior do governo brasileiro nas importações de bens como contrapartida.

Nessa situação, o comércio atacadista e varejista representado pela CNC passa a exercer um papel preponderante, pois seremos os canais de comercialização dos produtos importados como contrapartida.

Eleições – Teremos eleições nos dois países em 2018. Este fator é imprevisível e teremos que aguardar para saber quais as políticas de comércio exterior que adotarão os novos governantes.

Nas reuniões dos setores privados, foram enfatizadas por ambos os membros que as políticas de comércio exterior deveriam ser políticas de Estado e não de governos, para não haver mudanças que prejudicam os interesses privados.

## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Ministério do Trabalho (MTb)

### Representação

Conselho Nacional do Trabalho (CNT)

### Representantes

---



#### Titular

Ivo Dall'Acqua Júnior

*Diretor Suplente da CNC*

(Compareceu)



#### Suplente

Edgar Segato Neto

*Suplente da Diretoria da CNC*

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 5 de setembro de 2017

Essa reunião ordinária teve como escopo principal a aprovação do Regimento Interno do Conselho Nacional do Trabalho, bem como elaboração do calendário de atividades e propostas de criação das comissões técnicas.

Aprovado o Regimento, cuja a validação dar-se-á com sua publicação através de Portaria no DOU.

Quanto à criação das comissões técnicas, definiu-se que o assunto será tratado em reunião extraordinária a ser convocada em face da necessidade de alinhamento quanto às demandas e aos temas.

O calendário, atendendo ao comando do Regimento aprovado, terá, como datas das reuniões ordinárias para o período 2017/2018, as primeiras terças-feiras do último mês dos trimestres, ou seja, próxima reunião ordinária no dia 5 de dezembro de 2017 e as demais nos meses de março, junho, setembro e dezembro de 2018. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da data da reunião de junho, se houver coincidência com a Conferência da OIT. Ficou pré-agendada reunião extraordinária para o dia 03/10/2017, sujeita à confirmação, com pauta objetivando a discussão e a implantação das comissões técnicas.

Tratando de outros assuntos e em virtude de questão levantada pela representação dos empregados da CTB, questionando os limites e competências da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) em face da concessão de Registro Sindical a entidades não representantes de categorias, o representante da CNA

solicitou, em nome da bancada dos empregadores, a revisão de ofício, por parte do MTb, de todos os registros assentados nos últimos cinco anos.

Foi comunicada pelo ministro a alteração da portaria 326 que trata do assunto.

## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Ministério do Trabalho (MTb)

### Representação

Conselho Curador da Fundacentro

### Representantes

---



#### Titular

José Carlos Canesin

*Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Sertãozinho*

*Diretor da Federação do Comércio do Estado de São Paulo*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### **Reunião Ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2017**

Leonice Alves da Paz, presidenta da Fundacentro, cumprimenta e agradece a presença de todos os conselheiros, alertando que a agenda da reunião do dia será extensa. A maioria dos conselheiros manifesta-se em relação à futura gestão da nova presidenta, desejando que tenha sucesso como responsável pela condução de uma entidade tão ampla e importante.

#### Discussão da Pauta:

1. Relatório do Grupo de Trabalho sobre a gráfica: foram prestados mais esclarecimentos pertinentes ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 121/207. Em resumo, a gráfica se tornou um problema complexo para a Fundacentro, pois sua atividade não enquadra-se na Lei do Zoneamento, seu maquinário está desatualizado, seu custo é elevado, não atende à demanda, enfim, requer uma decisão profunda e urgente. Foram apresentados relatórios e anexos referentes ao assunto “Gráfica”, gerando muita discussão e comentários a respeito, resultando em uma impressão final de que a gráfica tem que ser desativada. Para que essa decisão seja bem alicerçada, a presidenta solicitou que todos analisem detalhadamente o relatório e os anexos sobre a gráfica, marcando uma reunião extraordinária para o dia 25/09/2017, quando o assunto será, unicamente, o destino final da gráfica.

2. Regimento interno: as últimas atualizações referem-se à criação de uma corregedoria e de uma ouvidoria, buscando uma convergência para o propósito central da Fundacentro. Também está em fase de organização um setor para receber, ordenar e dar valores a todos os tipos de informações que chegam à Fundacentro, para em seguida direcioná-las às esferas apropriadas para providências.

Na área técnica, foram criadas duas coordenadorias: uma para incluir o setor rural em todas as discussões, evitando que seja tratado separadamente, longe de soluções encontradas em outros setores; e outra para legitimar ações de políticas públicas.

Em resumo, a elaboração do regimento interno foi possível após longa discussão em cada área da Fundacentro, sempre com o propósito de trazer uma realidade refletora das ações da entidade. Foi lembrado que deverá constar uma cláusula no regimento determinando que vigorará após os trâmites finais para a legalização do estatuto. Seguiram-se demorados comentários sobre a vinculação do regimento ao estatuto.

#### Assuntos diversos

1 – Apresentação das atividades da área técnica: de janeiro de 2015 a junho de 2017 foram desenvolvidos 11 novos programas, destacando-se:

- a) Pós-graduação com 105 alunos;
- b) Eliminação da silicose;
- c) Organização do trabalho e adoecimento;
- d) Formação de agentes ambientais;
- e) Capacitação de pessoas para agir no meio, implantando normas e condutas de segurança e saúde;
- f) Segurança no processo do trabalho;
- g) Linhas de pesquisa em segurança;
- h) Educação em segurança e saúde;
- i) Ciclo de palestras;
- j) Programa Acqua-Forum - aborda segurança e saúde na pesca profissional;
- k) Prevenção de acidentes no setor de transportes;
- l) Segurança na construção civil; e
- m) Estudos destinados à área rural.

Além desses programas, foram elaborados: cartilhas, artigos técnicos, artigos periódicos e publicações. Parcerias também foram articuladas para o desenvolvimento de pesquisas, estudos e análises em diversos campos de segurança e saúde.

2 – Sistema Eletrônico de Informações (SEI): ainda está sendo estruturado, brevemente será apresentado.

3 – Imóvel de propriedade da Fundacentro em Belo Horizonte (MG): foi colocado à disposição da União, tem-se que aguardar o parecer.

4 – Orçamento da Fundacentro: situação é crítica, continuam as solicitações ao Ministério do Trabalho para aumento das verbas, acompanhadas de todas as justificativas possíveis.

5 – Desfazimento de bens da Fundacentro: é um processo lento, burocrático, mas continua em andamento, cumprindo as múltiplas normas que regem esse tipo de procedimento.

A presidenta Leonice da Paz faz um apelo aos conselheiros para que procurem alguma maneira no sentido de sensibilizar o Ministério do Trabalho sobre a importância da Fundacentro e das necessidades pelas quais está passando, prioritariamente na realização de concurso para contratação de novos funcionários. Agradece a presença de todos e confirma uma reunião extraordinária para 25/09/2017.



## ■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

---

### Órgão

Ministério dos Direitos Humanos

### Representação Efetiva

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade)

### Representantes

---



#### Titular

Alexandre Sampaio de Abreu

*Diretor da CNC*

(Compareceu)

---



#### Suplente

Fernando Cesar Thiago de Mello

*Advogado*

*Divisão Jurídica da CNC*

(Compareceu)

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no período de 16 a 18 de agosto de 2017

O principal tema de discussões durante toda a reunião foi a apresentação do denominado Planejamento Estratégico 2017-2018 da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Na apresentação, feita pelo próprio secretário Marcos Pellegrini, houve a exposição das questões que o secretário entende como as mais relevantes para o segmento da pessoa com deficiência, tendo alertado os conselheiros do Conade sobre o orçamento para o ano que vem, cerca de dois milhões de reais, e afirmado a necessidade de uma redistribuição dos funcionários da Secretaria.

Num dos pontos de sua exposição, o trecho denominado de Eixo II do Plano, o secretário abordou a questão da aplicação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) em relação aos hotéis. Na oportunidade, comentou sobre a existência de um "lobby" que atua com o objetivo de postergar as exigências da lei no setor hoteleiro e de cinemas.

A apresentação foi muito mal recebida pelos conselheiros do Conade.

Segundo o entendimento majoritário, a respeito do qual concordo, o denominado plano estratégico é uma mera exposição de intenções, sem que haja o detalhamento necessário sobre prazos, metas, responsabilidades, valores, que necessitam ser apresentados para que se possa considerar o documento como efetivamente um plano estratégico. Ademais, a exposição feita pelo secretário foi considerada em alguns momentos como desrespeitosa pelos conselheiros e pelo próprio Conade.

Dessa forma, e após a análise do documento pela Comissão de Orçamento e Finanças (COF) e pela Comissão de Políticas Públicas (CPP), ambas do Conade, foi aprovado um documento pela plenária do Conade, a ser encaminhado ao

secretário, solicitando a ele que o plano seja revisto e contenha mais informações, esclarecimentos e detalhamentos necessários (prazos, metas, etc.).

Aprovou-se também uma nota pública de protesto, a respeito da qual a CNC se absteve durante sua votação, criticando o comportamento do secretário durante a apresentação do plano. No entanto, após a reunião do presidente e do vice-presidente do Conade com a ministra dos Direitos Humanos, optou-se por, temporariamente, suspender a divulgação da referida nota pública.

Necessário também relatar que a CNC foi mencionada como uma das entidades que enviou representante à reunião da ONU sobre a Convenção de Nova York a respeito dos direitos das pessoas com deficiência, ocorrida no mês de junho, nos Estados Unidos. Tal informação, constante de um documento do secretário para o Conade, foi mal recebida por alguns conselheiros, que entenderam que a CNC, assim como outras entidades mencionadas pelo secretário, teria representado o Conade sem que tivesse autorização para tanto. Na oportunidade o representante informou que a instituição desconhecia o fato ficando esclarecido, após debates, que a menção do secretário não significava, ao contrário do entendimento inicial, que a CNC e as outras entidades tinham ido à reunião da ONU representando o Conade.

---

### Órgão

Ministério do Trabalho (MTb)

### Representação

Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP)

### Representantes

---



#### Titular

José Almeida de Queiroz

*Consultor da Presidência da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco*



#### Suplente

Luis Sérgio Soares Mamari

*Assessor*

*Divisão de Saúde da CNC*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### Reunião realizada no dia 14 de agosto de 2017

1 - Definição da coordenação da bancada empresarial da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP)

Após debates entre os presentes ficou definido que haverá rotatividade na coordenação de bancada entre as confederações empresariais. A prioridade no rodízio será entre as confederações que ainda não exerceram essa função, iniciando-se em 2018, preferencialmente, na seguinte ordem: CNA, CNT, CNS, CNC, CNI e CNF. Na impossibilidade da confederação indicada pelo rodízio não poder/quiser assumir a função naquele mandato, a coordenação da bancada será exercida pela confederação subsequente, não perdendo, a primeira, a prioridade do rodízio para o mandato seguinte. Por unanimidade das confederações presentes, a coordenação da bancada empresarial da CTPP será exercida pela CNI (Rafael Kieckbush), até 31 de dezembro de 2017, em razão da saída do representante da CNF.

O mandato da coordenação será anual, iniciando-se em todo 1º de janeiro de cada ano, podendo haver uma única recondução por unanimidade das confederações empresariais.

2 - Pauta da reunião de coordenadores da CTPP de 16 de agosto de 2017

a) Definir as indicações de dois representantes da bancada empresarial para compor a comissão executiva da 22ª Conpat, organizada pela Fundacentro:

Os membros da bancada empresarial verificarão internamente, junto às suas confederações, o interesse na participação. Ficou acordado que o posicionamento

e o nome do indicado deverão ser enviados ao coordenador da bancada empresarial da CTPP até o próximo dia 18 de agosto de 2017.

b) Encontro da bancada dos trabalhadores da CTPP com as comissões, os comitês e os grupos de trabalhos tripartites (em 14 de setembro de 2017):

Foi definido que o coordenador da bancada empresarial faça um registro na reunião de coordenadores da CTPP, agendada para o dia 16 de agosto, da não divulgação do evento da bancada dos trabalhadores pelos canais oficiais do MTb.

c) Ratificação da Convenção 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT):

Foi indicado que as confederações deverão avaliar internamente a pertinência quanto ao endosso institucional pela ratificação ou não da Convenção 187 da OIT. Tecnicamente, o Brasil já atende aos pressupostos da Convenção 187 (Política Nacional de SST e Plano Nacional de SST), contudo fazemos a observação de que politicamente não deve haver manifestação expressa das confederações empresariais pela ratificação. As confederações deverão posicionar-se até o dia 15 de setembro.

d) Matriz de competência do MTb:

Foi informado que CNI, CNS e CNT já indicaram seus representantes, faltando, portanto, CNC, CNA e CNF realizarem suas indicações.

e) Portarias aprovadas pela CTPP e ainda não publicadas pelo MTb:

Cobrar junto ao DSST a seguinte listagem de alterações aprovadas: NR 12 (duas alterações pendentes: 1º de setembro de 2016 e 1º de julho de 2017); NR 13 (a bancada empresarial da NR 13 já respondeu ao MTb); e NR 36 (alteração do Anexo II - Máquina serra de fita).

f) Comissões nacionais e grupos de trabalho para iniciar as negociações tripartites:

Cobrar o início e continuidade dos trabalhos dos seguintes fóruns de negociação tripartites: GET do Anexo III (Calor) da NR 15 (Insalubridade); Matriz de Competência; NR 31 (Rural); e NR 32 (Serviços de saúde).

g) Encaminhamento do ofício da CNS à Presidência da Fundacentro (Raio X móvel):

A CNS protocolou ofício junto à presidência da Fundacentro requerendo a disponibilização do propagado parecer daquela entidade, a respeito do não pagamento do adicional de periculosidade pela utilização do equipamento de raio X móvel.

h) Mudança do grau de risco para a indústria do cimento:

Proposta de manutenção do grau 4 para o setor de fibrocimento, e de redução para o grau 3 para o setor de cimento, compatibilizando com o setor da construção.

Outros:

a) NR 22 - Avaliação pela CNI e CNT junto aos representantes empresariais do plano de trabalho frente às medidas provisórias que reformularam o setor de mineração;

b) Elaborar um plano de trabalho para realização de um procedimento de acompanhamento das discussões de todos os fóruns tripartites de SST pela bancada empresarial da CTPP; e

c) A CNI apresentou à bancada empresarial as seguintes propostas de alteração de NRs:

NR 05 - flexibilização do treinamento; e

NR 15 - Anexo XIV - Agentes biológicos.